tura Municipal de Igarapava. Contratada: Mattarai Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. Objeto: Termo de Aditamento nº 003, firmado em 08/11/2016, visando prorrogar o prazo do Contrato até 16/03/2017. Advogado: Lupércio Mattarai Junior (OAB/SP 252.927), Italo Bonomi (OAB/MG 175.956), Paulo Emilio Deressoni (OAB/MG 877.526) e Júlio César Machado (OAB/SP 330.136). Em exame: Requerimento de prorrogação de prazo, para envio de esclarecimentos, formulado pela Prefeitura Municipal de Igarapava pelo seu advogado Júlio César Machado (OAB/SP 330.136) nos eventos n. 133 do eTC-4256.989.15-3, n. 128 do eTC-5934.989.15-3, n. 101 do eTC-9891.989.16-2, n. 64 do eTC-19659.989.16-4 e n. 64 do eTC-19664.989.16-2. Defiro o prazo de 5 (cinco) dias, a partir da publicação do presente, em atendimento ao solicitado, nos eventos supramencionados. Publique-se.

Exp: TC-366/004/18. Proc: TC-2376/026/15. Interessada: Prefeitura Municipal de Lupércio. Requerente: João Ferreira Júnior – Ex-Prefeito. Procurador: Ronan Figueira Daun (OAB/SP nº 150.425). Assunto: Requer o adiamento do julgamento do TC-2376/026/15 (Pedido de Reexame das contas anuais da Prefeitura Municipal de Lupércio – exercício de 2015), da pauta de julgamento da 3ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, a ser realizada no dia 28.11.2018. Considerando tratar-se de análise de Pedido de Reexame, o qual segundo regra do artigo 164 do Regimento Interno deste Tribunal deve ser apreciado neste exercício, indefiro o pedido de retirada de pauta dos autos do TC-2376/026/15 da 3ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se no dia 28.11.2018. Fica desde logo autorizada a apresentação de memoriais, de acordo com o COMUNICADO SDG nº 010/2018. Eventual sustentação oral deverá ser solicitada nos termos do art. 109, do Regimento Interno desta Corte. Publique-se.

Exp: TC-654/009/18. Proc: TC-2711/026/15. Interessada: Prefeitura Municipal de Itapirapua Paulista. Procurador: Júlio Cesar Machado (OAB/SP nº 330.136). Assunto: Requer o adiamento do julgamento do TC-2711/026/15 (Pedido de Reexame das contas anuais da Prefeitura Municipal de Itapirapua Paulista – exercício de 2015), da pauta de julgamento da 3ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se no dia 28.11.2018. Considerando tratar-se de análise de Pedido de Reexame, o qual segundo regra do artigo 164 do Regimento Interno deste Tribunal deve ser apreciado neste exercício, indefiro o pedido de retirada de pauta dos autos do TC-2711/026/15 da 3ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se no dia 28.11.2018. Fica desde logo autorizada a apresentação de memoriais, de acordo com o COMUNICADO SDG nº 010/2018. Eventual sustentação oral deverá ser solicitada nos termos do art. 109, do Regimento Interno desta Corte. Publique-se.

Exp: TC-11980/026/18. Proc: TC-312/002/13. Interessada: Prefeitura Municipal de Botucatu. Procurador: Isabella Cristina Serra Negra Lofrano (OAB/SP nº 376. 975). Assunto: Requer o adiamento do julgamento do TC-312/002/13, da pauta da 38ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, a realizar-se no dia 27.11.2018, bem como vista dos autos para apresentação de memoriais e sustentação oral. Defiro o pedido de retirada dos autos da pauta, com restituição automática na próxima Sessão, a ser realizada em 04.12.2018. Fica desde logo autorizada aos interessados vistas e extração de cópias, no Cartório observadas as cautelas legais, bem como a apresentação de memoriais, nos termos do COMUNICADO SDG nº 010/2018. Eventual sustentação oral deverá ser solicitada nos termos do art. 109, do Regimento Interno desta Corte. Publique-se.

Processos: TC-21870.989.18-3 e TC-21994.989.18-4. Representantes: Proposta Engenharia Ambiental Ltda., por seu procurador Bruno Ricci Rossit; e Cavo Serviços e Consultoria S/A, por seus advogados Rosely de Lemos (OAB/SP nº 124.850) e José Americo Lombardi (OAB/SP nº 107.319). Assunto: Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia - SAAE. Responsável: Fabiane Cabral da Costa Santiago – Superintendente. Advogados: Silvia Pustejovsky Prado (OAB/SP nº 189.724) e Alexandre Gonçalves Ramos (OAB/SP nº 180.786). Assunto: Representações formuladas contra o Edital do Pregão Presencial nº 20/2018 (Processo nº 916/2018), da Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia - SAAE, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços de coleta e resíduos sólidos domiciliares, operação de centro de transbordo, transporte e disposição final dos resíduos coletados em aterro sanitário e/ou usina de tratamento. Vistos. Compulso os autos, observado que os pronunciamentos de Chefia de AT, Ministério Público de Contas e Secretaria-Interna Geral revelaram aspecto que não estava direta e originariamente impugnado nas representações em epígrafe, consistente, em linhas gerais, na inclusão do serviço de coleta seletiva no escopo da contratação, pretensão que estaria em desacordo com precedentes desta Corte colacionados pelos referidos opinantes. Nessa perspectiva, em homenagem ao princípio da ampla defesa, determino a NOTIFICAÇÃO da Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia - SAAE, para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, traga as justificativas que entender pertinentes acerca do novo aspecto suscitado. No mais, esclareço que, por se tratar de procedimentos eletrônicos, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a íntegra da decisão e das representações, manifestações e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br. Publique-se.

DESPACHO DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES Proc: TC-4376/989/16. Interessada: Prefeitura Municipal de Americana. Procurador: Júlio Cesar Machado (OAB/SP nº 330.136). Assunto: Requer o adiamento por duas sessões do julgamento do eTC-4376/989/16, da pauta da 38ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, a realizar-se no dia 27.11.2018. Considerando tratar-se de análise de Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Americana, relativas ao exercício de 2016, as quais segundo regra do parágrafo 1º, do artigo 195 do Regimento Interno deste Tribunal devem ser apreciadas neste exercício, indefiro o pedido de retirada de pauta dos autos do eTC-4376/989/16 da 38ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, a realizar-se no dia 27.11.2018. Fica desde logo autorizada a apresentação de memoriais, de acordo com o COMUNICADO SDG nº 010/2018. Eventual sustentação oral deverá ser solicitada nos termos do artigo 109, do Regimento Interno desta Corte. Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO DIMAS EDUARDO RAMALHO

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO Expediente: TC-023255.989.18-8. Representante: José Eduardo Bello Visentin. Representada: Prefeitura Municipal de Botucatu. Responsável: Mário Eduardo Pardini Afonseca – Prefeito. Assunto: Representação visando ao Exame Prévio do Edital do Pregão Presencial nº 378/2018, Processo nº 40.805/2018, promovido pela Prefeitura Municipal de Botucatu, tendo por

objeto a contratação de empresa para o fornecimento e licenciamento de software para área tributária, em especial para fins de acompanhamento e fiscalização da DIPAM, bem como do ISS, contemplando os serviços de customização, implantação, migração de dados, treinamento de servidores e manutenção, conforme especificações constantes do anexo 1. Valor Estimado: Não divulgado.

Advogado: José Eduardo Bello Visentin (OAB/SP 168.357); Isabella Cristina Serra Negra Lofrano (OAB/SP nº 376.975). Vistos.

1. RELATÓRIO 1.1. Trata-se de representação formulada por JOSÉ EDUARDO BELLO VISENTIN contra o edital do Pregão Presencial nº 378/2018, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU, tendo por objeto a contratação de empresa para o fornecimento e licenciamento de software para área tributária, em especial para fins de acompanhamento e fiscalização da DIPAM, bem como do ISS, contemplando os serviços de customização, implantação, migração de dados, treinamento de servidores e manutenção, conforme especificações constantes do anexo 1. 1.2. A Municipalidade representada requer a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das informações e documentos requisitados por mais 15 (quinze) dias. 2. DECIDO 2.1. Defiro. Publique-se.

DESPACHOS DE SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

DESPACHOS PROFERIDOS PELA AUDITORIA SUBSTITUTA DE CONSELHEIRO SILVIA MONTEIRO Proc.: TC – 0595/001/14. Interessado: Prefeitura Municipal de Rubiácea. EXAMINADO: Contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal de Rubiácea e a empresa Logos Pimentel Engenharia Ltda. Responsável: Lenira Maria Silva de Novais, Prefeito Municipal. Vistos.

Considerando que para completa instrução dos autos se faz necessária a juntada por parte do Executivo de Rubiácea do procedimento administrativo, juntamente com seu resultado final, visando apurar a responsabilidade das irregularidades apontadas, e a fim de que no futuro não se alegue cerceamento de defesa, assino ao Sra. Lenira Maria Silva de Novais, Prefeita Municipal, o prazo de 30 (trinta) dias para integral cumprimento.

Alerto ao responsável de que as medidas e providências deverão ser tomadas pela atual administração, e que o não atendimento ao prazo fixado, salvo motivo justificado, acarretará aplicação de multa nos termos do artigo 104, §1º da Lei Complementar nº 709/93, independente de nova notificação. Publique-se.

Proc.: 00015172.989.17-0. Contratante: DIRETORIA DE ENSINO - REGIOE DE SAO BERNARDO DO CAMPO - SECRETARIA DA EDUCACAO (CNPJ 46.384.111/0058-85). CONTRATADO(A): TOPSERVICE SERVICOS PESSOAIS DE CONTROLE DE ACESSO EIRELI (CPF 09.110.954/0001-21). INTERESSADO(A): VANDERLEITE MARIA LOZANO CHUIFFA CORREIA (CPF 119.461.088-98). Assunto: Contrato nº 11/2017. Edital Pregão Eletrônico nº 032/2017, OC0802860001201700C0051, que objetiva a prestação de serviços de limpeza em ambiente escolar. Exercício: 2017. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00015700.989.17-1. Proc.: 00015700.989.17-1. Contratante: DIRETORIA DE ENSINO - REGIOE DE SAO BERNARDO DO CAMPO - SECRETARIA DA EDUCACAO (CNPJ 46.384.111/0058-85). CONTRATADO(A): TOPSERVICE SERVICOS PESSOAIS DE CONTROLE DE ACESSO EIRELI (CPF 09.110.954/0001-21). INTERESSADO(A): VANDERLEITE MARIA LOZANO CHUIFFA CORREIA (CPF 119.461.088-98). Assunto: CONTRATO Nº 11/2017, de 24/07/2017 - Objeto: Prestação de serviço de limpeza em ambiente escolar. Vigência: 24/07/2017 a 23/01/2020 - Valor: R\$ 2.699.999,40. Exercício: 2017. PROCESSO PRINCIPAL: 15172.989.17-0. Visto.

Considerando a manifestação da fiscalização, que apontou diversas falhas na execução contratual, assino aos responsáveis e demais interessados, o prazo de 30 dias, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da L.C. nº 709/93, para que adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, ou tragam aos autos as alegações de interesse. Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a íntegra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSUÉ ROMERO. PROCESSO: 00023126.989.18-5. REPRESENTANTE: CITEUS SERVICOS DE ILUMINACAO URBANA S/A (CNPJ 02.966.986/0001-84). ADVOGADO: JOAO PEDRO RIBEIRO ASSIS (OAB/BA 45.725). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS (CNPJ 46.319.000/0001-50). ADVOGADO: ANTONIO CARLOS ZOVIN DE BARRROS FERNANDES (OAB/SP 231.360) / EDMA DOS SANTOS SILVA (OAB/SP 320.221). Assunto: Representação visando ao Exame Prévio do Edital de Concorrência Internacional nº 12/2018 - DLC. Processo Administrativo nº 71101/2017, promovida pela Prefeitura Municipal de Guarulhos, tendo por objeto a concessão administrativa da prestação dos serviços de iluminação nas vias públicas no município de Guarulhos, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, eficiência energética, operação e manutenção. EXERCÍCIO: 2018.

Em exame, representação formulada por Citeus Serviços de Iluminação Urbana S/A contra o edital de concorrência internacional 12/2018-DLC lançado pela Prefeitura Municipal de Guarulhos para a contratação de concessão administrativa para a prestação de serviços de iluminação nas vias públicas do município de Guarulhos, incluindo-se desenvolvimento, modernização, ampliação, eficiência energética, operação e manutenção. O representante protocolou sua representação em 9/11, sexta-feira. Na mesma ocasião, trouxe a estes autos cópia de impugnação administrativa formulada por ele diretamente junto à Prefeitura. Naquela altura, o prazo para a prefeitura responder ao pedido de impugnação administrativa ainda não havia se encerrado. Ademais, havia aparente identidade entre os argumentos contidos na referida impugnação e na presente representação. Diante das circunstâncias acima narradas, determino-se, por despacho, que o representante informasse a esta Corte sobre seu interesse de prosseguir com a presente representação, emendando-a, uma vez exaurido o prazo para a prefeitura deliberar sobre o pedido de impugnação administrativa. No mesmo despacho, oferece-se oportunidade para que a prefeitura apresentasse eventuais esclarecimentos a este Tribunal, caso fosse de seu interesse. Em 22/11, quinta-feira, a prefeitura apresentou petição para informar a retificação do ato convocatório, atendendo "parte do incôncornio da representante", o que, segundo ela, acarretaria em "aparente perda de objeto" da representação.

Na mesma data de 22/11, o representante reiterou seu interesse em prosseguir com o presente feito, considerando o edital retificado, que prevê a data de entrega das propostas para o dia 7 de dezembro, às 9h, diante dos seguintes pontos: (a) inadequação dos estudos técnicos; (b) a ocorrência de equívoco na fórmula de cálculo do fator de disponibilidade de efetiva entrega dos serviços de iluminação pública; (c) a previsão de somatório simples do patrimônio líquido, entre as empresas integrantes de consórcio, para aferição do patrimônio líquido mínimo de consórcio; (d) a presença de inconsistências entre o projeto básico e o termo de referência; e (e) a ausência de indicação prévia da câmara arbitral a ser acionada em caso de conflito arbitral entre as partes signatárias do ajuste. Anoto, ainda, que (f) a prefeitura não teria respondido à impugnação administrativa formulada anteriormente. Por esses motivos, requereu a sustação cautelar do certame e, caso a presente representação seja julgada procedente, que uma cópia do correspondente acórdão fosse encaminhada ao Ministério Público do Estado. É o relatório. Decido.

A representante protocolou impugnação administrativa junto à Prefeitura em 8/11, quinta-feira. Como constou expressamente do despacho de 13/11, a prefeitura devolveu, nos termos do artigo 41, § 1º, da lei de licitações, responder à demanda no prazo de até 3 dias úteis, que se encerraram em 13/11, terça-feira.

Em 22/11, o representante informou que a prefeitura não teria respondido ao pleito. Em petição de mesma data, a prefeitura nada disse sobre a existência ou não de resposta à impugnação administrativa. A aparente ausência de resposta e pedido de impugnação administrativa, se confirmada, configuraria descumprimento de expressa disposição legal, razão suficientemente apta a justificar a intervenção deste Tribunal.

Ante o exposto, DETERMINO a sustação imediata do procedimento em exame, que deverá assim permanecer até que se profira decisão final sobre o caso, conforme o art. 53, parágrafo único, nº 1º do RTCCSP.

DETERMINO a entidade promotora do certame que apresente a este Tribunal, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, uma cópia integral do ato de convocação em referência, inclusive de seu anexo, para o exame previsto no art. 113, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, ou, alternativamente, que declare que a cópia acostada aos autos pela representante corresponde fiel e integralmente ao edital atualmente disponível aos interessados. ADVIRTO, ainda, que o descumprimento desta determinação sujeitará a responsável que subverte o edital, Renata Silva Dutra, à pena pecuniária prevista no art. 104, III, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993.

Fica a entidade promotora do certame NOTIFICADA para, se quiser, apresentar suas justificativas sobre todas as impugnações constantes da petição emendada, juntada a estes autos em 22/11, no mesmo prazo de 48 (quarenta e oito) horas acima fixado. Publique-se.

PROCESSO: 00006483.989.16-6. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPANEMA (CNPJ 46.634.309/0001-34). ADVOGADO: JÚLIO CESAR MACHADO (OAB/SP 330.136). INTERESSADO(A): ANTONIO HERMILIO NAKAGAWA (CPF 432.926.238-04). ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2017. EXERCÍCIO: 2017. PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00014369.989.17-2.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPANEMA requereu prorrogação de prazo, por 10 dias, para manifestar-se nos autos. Defiro prazo suplementar de 5 dias.

Os efeitos da decisão estendem-se aos demais interessados. Sem prejuízo do acima disposto, saibam os eventuais Responsáveis que, caso tenham interesse em receber notificações e intimações eletrônicas pessoais, deverão fornecer endereço eletrônico de correspondência, cuidando para manter a informação atualizada no cadastro do sistema e-TCESP enquanto durar o processo.

PROCESSO: 00019805.989.17-5. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDINO DE CAMPOS (CNPJ 44.563.591/0001-80). ADVOGADO: TAIANE MICHEL HERMINI (OAB/SP 354.296). CONTRATADO(A): TECNOPLAN PLANEJAMENTO E EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ 07.740.771/0001-64). ADVOGADO: ADEMIR TOANI JUNIOR (OAB/SP 240.548). INTERESSADO(A): ODILON RODRIGUES MARTINS (CPF 615.719.118-04). ASSUNTO: Acompanhamento da execução do Contrato nº 26, de 13/06/2017. Objeto: execução de construção do Centro Cultural do município, com fornecimento de materiais e mão de obra. Valor: R\$ 270.709,57. Vigência do contrato: 12 meses, a partir da publicação (21/06/2017 a 20/06/2018). EXERCÍCIO: 2017. PROCESSO PRINCIPAL: 17203.989.17-3.

PROCESSO: 00017359.989.18-3. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDINO DE CAMPOS (CNPJ 44.563.591/0001-80). ADVOGADO: TAIANE MICHEL HERMINI (OAB/SP 354.296). CONTRATADO(A): TECNOPLAN PLANEJAMENTO E EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ 07.740.771/0001-64). ADVOGADO: ADEMIR TOANI JUNIOR (OAB/SP 240.548). INTERESSADO(A): ODILON RODRIGUES MARTINS (CPF 615.719.118-04). ASSUNTO: Termo de Aditamento, de 07/02/2018 (Nota de Empenho), em razão de alterações nos serviços apresentados, por finalização da obra. Valor Aditado: R\$ 4.854,67. EXERCÍCIO: 2018. PROCESSO PRINCIPAL: 17203.989.17-3.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDINO DE CAMPOS requereu prorrogação de prazo, por mais 30 dias, para manifestar-se nos autos. Defiro o pedido.

Os efeitos da decisão estendem-se aos demais contratantes. Sem prejuízo do acima disposto, saibam os eventuais Responsáveis que, caso tenham interesse em receber notificações e intimações eletrônicas pessoais, deverão fornecer endereço eletrônico de correspondência, cuidando para manter a informação atualizada no cadastro do sistema e-TCESP enquanto durar o processo.

Publique-se e aguarde-se. PROCESSO: 00004071.989.18-0. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITAMA (CNPJ 44.435.121/0001-31). INTERESSADO(A): RODRIGUEZ ZACARIAS DOS SANTOS (CPF 264.986.928-39). ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018. EXERCÍCIO: 2018. PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00016115.989.18-0, 00017660.989.18-7.

Cliente. Notifico o responsável para que tome conhecimento do relatório da fiscalização concomitante – 2º quadrimestre (lev. 62) – que contém apontamentos e resultados verificados na período em exame para conhecimento, advertindo-o de que a falta de adoção de medidas corretivas poderá implicar, dentre outras, na emissão de parecer desfavorável por ocasião do julgamento das contas da Prefeitura Municipal.

Sem prejuízo do acima disposto, saiba o eventual Responsável que, caso tenha interesse em receber notificações e intimações eletrônicas pessoais, deverá cadastrar endereço eletrônico de correspondência (e-mail) no sistema e-TCESP e mantê-lo atualizado enquanto durar o processo. Publique-se.

Após, retornem os autos à UR-4 para prosseguimento de sua instrução.

PROCESSO: 00023803.989.18-5. REPRESENTANTE: C. A. P. SERVICOS MEDICOS (CNPJ 14.016.550/0001-03). ADVOGADO: JEFFERSON RENOSTO LOPES (OAB/SP 269.887). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA (CNPJ 46.341.038/0001-29). ADVOGADO: RENATO ALVES DE OLIVEIRA (OAB/SP 277.391). ASSUNTO: Representação visando à suspensão dos termos do edital do Pregão Presencial nº 212/2018, Processo Administrativo nº 145.691/18, promovida pela Prefeitura Municipal de Piracicaba, tendo como objeto a contratação de empresa prestadora de serviços especializados na área de atendimento médico: adulto, infantil e ortopedia em 201 plantões de 12 horas, junto às 04 (quatro) Unidades de Pronto Atendimento Médico, 01 Central de Ortopedia e Traumatologia e SAMU, a fim de complementar as escalas de plantões. EXERCÍCIO: 2018. PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00021481.989.18-4.

Trata-se de representação intencional por C.A.P. Serviços Médicos Ltda. contra nova versão do edital do Pregão Presencial nº 212/2018 da Prefeitura Municipal de Guaratupá, cujo objeto é a prestação de serviços especializados na área de atendimento médico: adulto, infantil e ortopedia em 201 plantões de 12 horas, junto às 04 (quatro) Unidades de Pronto Atendimento Médico, 01 Central de Ortopedia e Traumatologia e SAMU, a fim de complementar as escalas de plantões.

Insurge-se a representante contra o item 7.4 e subitem 7.4.2 do anexo regulamento geral, em apertada súplica, porquanto a análise da adequação das propostas com valores de mercado ante a fase de lances mostra-se incompatível com o rito licitatório do art. 4º da Lei 10.520/02, à vista da jurisprudência. Requer, nesse termos, nova suspensão cautelar do certame e determinação para retificação do ato convocatório.

Segundo a peça inicial, a sessão pública do pregão está designada para a data de 27/11/2018, às 9h00min. É a síntese do necessário. DECIDO.

A 1ª versão deste ato convocatório foi objeto de representação apreciada em sessão de 31/10/2018 pelo E. Plenário deste Tribunal no processo 21481.989.18-4, onde foi exarado V. Acórdão que determinou a correção do edital.

E quanto à cláusula do item 7.4 e subitem 7.4.2 do anexo regulamento geral, essa já constava da 1ª versão do ato convocatório apreciada no processo 21481.989.18-4, não tendo sido demonstrada pela representação qualquer inovação nesta 2ª versão do edital no que tange ao objeto de sua previsão.

Assim, se o pleito da representante é obter a suspensão do certame licitatório nos termos do art. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, com a instauração do rito sumário do exame prévio de edital, deveria ter se insurgido a partir do momento em que tomou conhecimento da 1ª versão do ato convocatório, pois, com a vinda desta 2ª versão, produzida após decisão desta Corte, está precluso o direito de se pleitear uma nova suspensão do procedimento licitatório a partir de cláusulas que já constavam da 1ª versão, sob pena de se paralisar indefinidamente a atuação da Administração, especialmente em área com a essencialidade do atendimento médico.

Tal direcionamento está consolidado na jurisprudência desta Corte, não havendo aqui razão para exceção. No que quer que seja, a alteração do Edital de 27/11/2018, não tendo sido demonstrada pela representação qualquer inovação nesta 2ª versão do edital no que tange ao objeto de sua previsão.

Portanto, o aspecto aqui suscitado passa à condição de ser aferido no caso concreto através dos procedimentos ordinários de fiscalização já adotados rotineiramente pelos órgãos de instrução deste Tribunal.

Há de se ressaltar, porém, que a presente decisão cinge-se apenas a se fixar quando os atos da Administração devem submeter-se à fiscalização do Tribunal de Contas - se previamente, com base no § 2º do artigo 113 da Lei 8.666/93, e se posteriormente, nos termos do disposto no "caput" do mesmo artigo, diante do caso concreto.

Ante o exposto, deixo de suspender a abertura da licitação e, com fundamento no artigo 220, § 1º do Regimento Interno deste Tribunal, determino o arquivamento deste expediente.

Publique-se e comuniquem-se o fato ao Ministério Público de Contas, aguarde-se a prazo para recurso e, no final, arquivem-se os feitos. Ao Cartório, para as providências cabíveis.

DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSUE ROMERO. Processo: TC-1126/003/17. Interessada: Cristina Conceição Bredda Carrara, ex-Prefeita Municipal de Sumaré. Assunto: requer prorrogação de prazo - Expediente TC-1147/026/18, juntado à fls. 152/153.

Defiro prorrogação de prazo por 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do presente despacho. Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELA AUDITORIA SUBSTITUTA DE CONSELHEIRO SILVIA MONTEIRO Expediente: TC-023681.989.18-2. Representante: Planeta Educacional Comércio e Confecção Ltda. Representada: Prefeitura Municipal de Guarulhos, Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 293/2018, do tipo menor preço global do item, que tem por objeto o registro de preços para fornecimento de uniformes escolares. Responsável: Gustavo Henric Costa (Prefeito). Escala de abertura: 27-11-18, às 08h30min. Advogados cadastrados no e-TCESP: Antonio Carlos Zovin de Barros Fernandes (OAB/SP nº 231.360) e Edma dos Santos Silva (OAB/SP nº 320.221).

1. PLANETA EDUCACIONAL COMERCIO E CONFECÇÃO LTDA formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 293/2018, do tipo menor preço global do item, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS, que tem por objeto o registro de preços para fornecimento de uniformes escolares.

Insurge-se a Representante, inicialmente, contra a estimativa de preços, que não estaria condizente com o certame anterior, pois, apesar de terem ocorrido algumas mudanças na constituição dos itens que integram os kits, "não foram alteradas nem a composição dos mesmos para os lotes 1, 2 e 3, nem em peças e nem em quantidade de peças para cada kit/lotes".

Sustenta, ainda, não ter encontrado nada que justificasse "um aumento de 25 a 30% nas estimativas atuais em relação aos kits anteriores (processo 1837/17-DLC)", ainda mais, de 65 a 70% em relação ao REAL que foi adquirido e acabou de ser entregue". Nesse sentido, aponta que o aumento da quantidade de material prevista, associado à "exigência de 50% de atestados de fornecimento anterior (de forma equivocada justificada no item 7.2.3.1 em base na mesma vez 24 do TCESP que permite 50% da quantidade anual prevista) claramente restringe o número de potenciais participantes".

Questiona, por fim, as alterações realizadas nas especificações técnicas, por entender que serviriam apenas para prejudicar a competitividade do certame. Cita, como exemplo, a substituição no forro do capuz do blusão que, na versão anterior "era a mesma de todo o corpo do blusão e agora é solicitado um forro para o capuz (ainda mais de um tecido que existe um número muito restrito de fabricantes) e outro para o restante do peça".

Requer, por essas razões, a suspensão liminar do certame e, ao final, a determinação de alteração do edital para fazer cessar os vícios apontados.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: PEDRO FRANCISCO RIBEIRO JUNIOR. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 1-KBK1-DAK0-SNVQ-61DX